# UMA ANÁLISE DO PERFIL FINANCEIRO DA BAHIA APÓS A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 90

Elissandra Britto*
Luiz Mário Ribeiro Vieira**

Os serviços financeiros são um dos segmentos que expressam a crescente importância do setor de serviços. A sua estrutura está associada à maior complexidade da vida econômica e social e à exigência de maior controle sobre os riscos. O estudo da sua relevância na economia reporta para uma avaliação do Sistema Financeiro Nacional – SFN, principalmente no que tange à fase posterior à implantação do Plano Real.

Em decorrência da especificidade do objeto de estudo que contempla a análise de Salvador e o setor bancário, haja visto a escassez de literatura disponível, optou-se por descrever a evolução do Sistema Financeiro Nacional buscando retratar o comportamento desse sistema num ambiente inflacionário e no período de estabilização da economia, que tem como reflexo a intensificação do processo de concentração bancária.

O desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional envolve aspectos estruturais, funcionais e instrumentais como a natureza dos mercados e relacionamentos entre as instituições, bem como o arcabouço institucional que o regulamenta, os serviços oferecidos e a segmentação da clientela, os tipos de papéis utilizados nas transações financeiras e as políticas monetárias aplicadas. Esse sistema é dividido em dois grandes grupos: a "área bancária" e a "área não-bancária". O primeiro diz respeito às instituições que participam do processo de criação de moeda na economia, como os Bancos Comerciais, os Bancos Múltiplos, as Caixas Econômicas e as Sociedades Cooperativas de Crédito. O segundo inclui os Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento e Sociedades de Crédito, entre outros tipos de organizações.

Para compreender a evolução do SFN toma-se como marco a edição das Resoluções 1.524, de 21.09.1988 e 1.649, de 25.01.1989. Após a edição destas, o sistema bancário brasileiro passou por profundas modificações. A configuração estruturada desde 1964, em que o sistema financeiro era formado por instituições especializadas que, obedecendo à regulamentação, agiam numa faixa restrita de operações, foi reformulada.

* Economista, mestranda em Economia pela UFBA, técnica da SEI. elissandra@sei.ba.gov.br
** Mestre em Economia pela UFBA e gerente da GEAC/SEI. lmario@sei.ba.gov.br

A partir destas mudanças, as instituições passaram a ser "universais" podendo oferecer todos os tipos de serviços financeiros.

Com a extinção da carta-patente que era exigência necessária para abertura de agências, e a oficialização da criação dos bancos múltiplos o sistema bancário brasileiro assumiu uma nova feição. "O número de bancos multiplicou-se, surgindo novas instituições bancárias a partir de corretoras, distribuidoras e financeiras" e bancos comerciais foram transformados em conglomerados (GUERRA, 1997, p. 53).

O crescimento acelerado do número de bancos ocorreu num período em que a economia brasileira vivia em ambiente inflacionário extremamente favorável ao sistema bancário. As elevadas taxas de inflação permitiram uma melhoria da participação do sistema financeiro na renda nacional. As instituições financeiras obtiveram êxito na implementação de inovações e aproveitamento de oportunidades regulatórias. Este ambiente contribuiu para disseminar o princípio de que os bancos eram auto-suficientes, relegando as questões relacionadas com a estrutura de custos e a eficiência produtiva a segundo plano.

Essa percepção é modificada, a partir do segundo semestre de 1994, com a implantação do Plano Real. Na tentativa de viabilizar a estabilização e reestruturação da economia, promoveu-se uma maior abertura ao comércio exterior, uma política de reestruturação industrial e desregulamentação dos mercados e da concorrência. Ao se controlar a inflação, detectou-se a fragilidade do sistema financeiro que desde a década de 60 sustentava-se dos recursos do *float* e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas.

Após o Plano Real, o cenário de atuação dos bancos no Brasil mudou radicalmente. O número de instituições foi reduzido, e as que permaneceram foram obrigadas a desenvolver produtos e serviços ágeis sob pena de perderem competitividade. Neste contexto, os bancos passaram a se aproximar do mercado de capitais criando títulos diferenciados para colocação nos mercados interno e externo. A oferta de serviços/produtos financeiros como derivativos, assessoria em processos de fusões e aquisições de empresas, assim como a administração de fundos de ações e de pensão, dentre outros, tornou-se a estratégia para as instituições continuarem no mercado.

Segundo Budon (2003, p. 36) "o enxugamento dos quadros das instituições financeiras não provocou queda na qualidade dos serviços prestados pelas instituições, que investiram pesadamente em tecnologia de automação bancária". Após a diminuição da receita obtida com os juros, os bancos voltaram a atenção aos recursos provenientes dos serviços.

As mudanças tecnológicas permitiram a ampliação do escopo dos serviços financeiros. Com a automação bancária, houve a incorporação nos bancos dos seguintes serviços: pagamento automático de contas e folhas salariais, através de cartões magnéticos e da transferência eletrônica de fundos; conexão direta com o banco, via telefone, fax e

computador; ampliação do auto-atendimento com instalação de ATMs e a expansão da rede de quiosques 24 horas; implantação de estações de trabalho, com serviços especiais para clientes selecionados; e acesso on-line a indicadores e informações financeiras nacionais e internacionais (MADI ; MELETI apud. GUERRA, 1997, p. 55).

A adaptação às mudanças tecnológicas permitiu que os serviços financeiros promovessem uma maior integração do país à economia mundial e uma maior globalização do setor financeiro. Para tanto, a entrada do capital estrangeiro foi de extrema importância, na medida em que contribuiu para a solução dos problemas de algumas instituições que se encontravam com a capacidade de sobrevivência abalada. Criaram-se condições para que fossem enfrentados os desafios impostos pela internacionalização dos serviços financeiros.

A partir de 2002 parece começar a ocorrer uma relativa redução do capital bancário estrangeiro no país. Os bancos médios nacionais aproveitaram o espaço deixado pelas instituições estrangeiras e passaram a concentrar suas atividades em nichos de mercado estrategicamente definidos. Dessa forma, a retração do número de instituições financeiras tradicionais coincidiu com uma expansão dos empreendimentos relacionados com microfinanças, associados ao aumento do número de correspondentes bancários contratados pelas instituições financeiras tradicionais.[1]

Um outro aspecto a ser considerado é o mercado de *Internet banking*, que contribuiu para que os serviços financeiros no Brasil se mostrassem uma área promissora. Através do mercado de *online banking* brasileiro, tanto os serviços financeiros; como os seguros e investimentos apresentaram um volume de transações significativo. A ampliação do número de clientes que utilizam esses serviços se verificou em decorrência dos bancos brasileiros adotarem a estratégia, buscando expandir a rentabilidade do negócio, de utilizar serviços que tenham a venda associada a produtos financeiros via Internet.

Dessa forma, os bancos, além de fidelizar o cliente através de ferramentas tecnológicas, conseguem reduzir os custos efetuando cortes no quadro de funcionários, uma vez que algumas operações financeiras como transferências entre contas e aplicações são realizadas pelos próprios clientes, através da Internet ou das máquinas do auto-atendimento.

Um outro segmento a apresentar um desempenho satisfatório após a estabilização da economia foi o dos serviços atuariais. Fatores como o baixo nível de penetração da atividade seguradora e o elevado número de pessoas pertencentes a uma classe de renda familiar de até R$ 2.000,00 fazem dos serviços atuariais um segmento com grandes perspectivas de desenvolvimento. Esse otimismo baseia-se no fato do mercado segurador brasileiro ser pouco explorado diante das várias possibilidades de produtos e de opções que podem ser oferecidos.

---

[1] O termo microfinanças se refere a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda. Ver a respeito Evolução do Sistema Financeiro, jan. a dez. 2002. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 01 dez. 2003.

Com a abertura comercial promovida pelo Governo no ano de 1996, a participação das empresas estrangeiras atuantes no mercado segurador cresceu assustadoramente. De acordo com Matesco (2003, p.64) "[...] a participação delas no mercado cresceu de 6,3%, em 1996, para mais de 33%, em 2002". Esse processo amplia a perspectiva de que haja um fortalecimento no ramo à medida em que se intensifique a liberação do setor de seguros no Brasil.

## A concentração bancária nos anos 90

O período posterior à implantação do Plano Real foi marcado por uma profunda reestruturação do setor bancário brasileiro. O controle da inflação, resultando na perda de lucros com o *float* de recursos, foi acompanhado por sérios problemas no setor entre os anos de 1995 e 1996, obrigando o governo a intervir com medidas nas áreas de regulação prudencial, supervisão e fiscalização para manter a solidez e a segurança do sistema financeiro. Neste contexto, a fim de estimular a concorrência, foram realizadas as privatizações de bancos públicos e a abertura do setor ao capital estrangeiro (ROCHA, 2001, p. 9).

As instituições, ao se inserirem em movimentos de liberalização e desregulamentação verificados no mundo, também contribuíram para estimular a concorrência. A diversificação de atividades levou à exploração de novos mercados, tanto geograficamente; quanto em termos de inovações financeiras. A remonetização da economia associada à elevação da demanda por crédito incentivou o mercado de intermediação financeira. Os depósitos à vista e a prazo, assim como os empréstimos e as receitas decorrentes das tarifas bancárias, também foram elevados.

Nesse período, na avaliação de Rocha (2001, p. 11) o mercado bancário passou a sentir os efeitos da crise do México. As taxas de juros foram elevadas de 20 pontos percentuais para 65% a.a. e, associadas às restrições já existentes às operações de crédito, provocaram contração no setor e elevação da inadimplência. Como resultado, algumas instituições que foram criadas após a Resolução 1.524 de 21.09.1988 foram extintas. Devido à falta de critérios e aos deficientes controles de risco para empréstimos, algumas instituições tiveram sua capacidade de solvência abalada, obrigando à intervenção do Banco Central do Brasil (Bacen) como ocorreu com o Banco Econômico em 11.8.1995 e o Banco Nacional no mês de novembro do mesmo ano.

Para impedir a eclosão de uma crise bancária sistêmica, o governo adotou algumas medidas preventivas como: criar o Proer, incentivar a Fusão e Aquisição (F&A), sendo os bancos insolventes assumidos por outras instituições (Medida Provisória 1.179, de 3.11; e Resolução 2.208, da mesma data); e ampliar os poderes do Bacen (Medida Provisória 1.182 de 17.11, transformada em Lei 9.447, de 14.11.1997)[2].

[2] Para uma consulta mais detalhada das medidas preventivas ver Rocha (2001, p. 12).

O processo de Fusão e Aquisição verificado em bancos que já atuavam no país, como ocorreu com as aquisições de instituições varejistas, o Banco Real e o Bandepe pelo ABN Amro e os bancos Noroeste, Geral do Comércio, grupo Meridional e o Banespa, pelo Banco Santander Central Hispano (BSCH), provocou aumento da concentração bancária.

No contexto das modificações na regulação prudencial, os fatores que atuaram diretamente sobre as instituições bancárias, além de influenciar e modificar suas estratégias incentivaram a capitalização das instituições. Ao fixar uma capitalização mínima para os bancos, regulamentar procedimentos operacionais e contábeis e criar redes de segurança, a autoridade monetária buscou garantir a estabilidade do sistema.

Essa estabilidade foi acompanhada de uma atualização tecnológica, influenciada por uma tendência de abertura e liberalização dos mercados bancários no mundo, onde as inovações financeiras atuaram como barreiras à entrada de novos concorrentes. Neste aspecto, entretanto, Rocha (2001, p. 17) chama a atenção para o fato de que:

> (...) a criação de novas formas de distribuição de produtos financeiros e a maior disponibilidade de informação aos agentes (comparação de risco, qualidade e preço) pode estimular a concorrência e o surgimento de novas instituições.

No que diz respeito à concorrência, o ingresso de capital estrangeiro contribuiu para que as instituições nacionais empreendessem esforços para permanecerem liderando no mercado. Com o estímulo de F&A por parte das instituições líderes no mercado doméstico a concentração bancária é intensificada.

Essa concentração bancária resulta na concentração regional da oferta de crédito. Para compreender essa relação é importante analisar os impactos regionais desse movimento no Brasil. Segundo Fucidji, Vasconcelos, Cunha e Assis (2003) o aumento da concentração no setor bancário reduziu a disponibilidade de crédito para regiões menos desenvolvidas, implicando no desequilíbrio econômico entre as diversas regiões do país. Para estes autores, aceitando-se a hipótese do "efeito tamanho", tem-se que um processo de consolidação bancária através de fusões e aquisições resulta em menor oferta de crédito para instituições de médio e pequeno porte, o que afeta a dinâmica da região.

Analisando-se os dados sobre o crédito por UF para os períodos de 1994-1998, 1999 e 2002, observa-se que os processos de aquisições envolvendo bancos nacionais e estrangeiros tiveram como resultado a instalação do centro estratégico dos novos bancos nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro e em menor proporção na Região Sul, como se verificou com as compras do Banco Excel-Econômico em 1996, do Bamenrindus em 1997, e, mais recentemente, do Banestado – PR, em 2000 e do BEA – AM em 2002.

Fucidji, Vasconcelos, Cunha e Assis (2003), tendo a concentração como pressuposto básico, utilizam uma metodologia para constatar as diferenças de taxas de crescimento do estoque de crédito entre os Estados. Para tanto, obtêm-se estatisticamente as taxas médias de crescimento mensal do crédito, com um nível de significância de 1%. Conforme pode ser

observado na Tabela 1, a única região a apresentar tendência de crescimento no período de 1994 - 2002 foi a Região Sudeste, confirmando a concentração bancária desta região.

Tabela 1
Taxas de crescimento médio mensal das operações de crédito no Brasil grandes regiões e unidades da Federação (ago/94 - nov/02), em porcentagem

| | TOTAL | | |
|---|---|---|---|
| | 94-98 | 99-02 | 94-02 |
| BRASIL | 0,506 | -0,445 | -0,024 |
| Norte | 1,695 | -1,256 | -0,599 |
| Acre | 1,026 | 0,641 | 0,026 |
| Amapá | 2,104 | -0,482 | 0,708 |
| Amazônia | 1,763 | -1,698 | 0,029 |
| Pará | 1,776 | -1,538 | -0,805 |
| Roraima | 1,651 | 0,749 | -0,241 |
| Rondônia | 0,969 | -1,695 | -0,337 |
| Tocantins | 1,323 | -1,659 | 0,269 |
| Nordeste | 0,524 | -1,578 | -0,390 |
| Alagoas | 1,914 | -1,907 | -0,258 |
| Bahia | 0,027 | -1,504 | -0,083 |
| Ceará | 0,002 | -1,650 | -1,012 |
| Maranhão | 0,128 | -1,326 | -0,736 |
| Paraíba | 0,896 | -0,926 | 0,638 |
| Pernambuco | -0,022 | -2,060 | -0,895 |
| Piauí | 2,25 | -1,641 | 0,541 |
| Rio G. Norte | 1,323 | -1,659 | 0,269 |
| Sergipe | 2,634 | -1,420 | 0,461 |
| Sudeste | 0,394 | -0,107 | 0,118 |
| Espírito Santo | 1,014 | -0,67 | 0,344 |
| Minas Gerais | -0,219 | -0,276 | -0,189 |
| Rio de Janeiro | -0,717 | -1,072 | -0,046 |
| São Paulo | 0,666 | 0,091 | 0,188 |
| Sul | -0,124 | -0,859 | -0,333 |
| Paraná | -0,740 | -0,716 | -0,491 |
| Rio Grande do Sul | 0,518 | -0,916 | -0,109 |
| Santa Catarina | 0,812 | -0,673 | 0,006 |
| Centro-Oeste | 0,523 | -1,714 | -0,092 |
| Distrito Federal | 0,754 | -2,095 | 0,607 |
| Goiás | 0,592 | -0,624 | -0,672 |
| Mato G. Sul | -0,179 | -0,96 | -0,790 |
| Mato Grosso | 0,718 | -1,116 | -0,641 |

Fonte: Fucidji *et al.*, 2003.

A análise da Tabela 2 permite identificar a variação regional dos depósitos e operações de crédito realizados nos anos de 1990, 1994, 1998 e 2002. O estudo foi feito tomando como base o mês de dezembro dos respectivos anos e a escolha dos anos foi determinada por serem representativos na explicação das importantes transformações no sistema bancário brasileiro.

**Tabela 2**
**Percentual de depósitos e operações de crédito por região**

| Região | Depósito/Ano | | | | Operações de crédito/Ano | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 |
| Norte | 1,04 | 0,91 | 1,24 | 1,55 | 0,96 | 1,34 | 1,87 | 1,14 |
| Nordeste | 7,31 | 6,35 | 6,98 | 6,84 | 10,23 | 9,60 | 9,59 | 5,98 |
| Sudeste | 72,38 | 69,53 | 68,52 | 64,48 | 64,24 | 64,09 | 62,99 | 72,97 |
| Sul | 11,39 | 9,74 | 12,19 | 10,65 | 12,15 | 13,75 | 13,06 | 11,71 |
| Centro-Oeste | 7,86 | 13,44 | 11,05 | 16,45 | 12,40 | 11,20 | 12,47 | 8,18 |
| Total do país | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Bacen referente ao mês de dezembro.

Para melhor compreensão, analisam-se os dados contidos nesta tabela em duas fases. A primeira, que antecede a estabilização da economia, vai de 1990 a início de 1994. Neste período, em que o setor bancário sobrevivia dos lucros advindos do *float* de recursos, se observam pequenas variações relativas no volume de depósito e operações de crédito em todas as regiões.

Na outra fase, que compreende o intervalo do segundo semestre do ano de 1994 a 2002 e em que a inflação é controlada, observa-se incremento, significativo, nas operações de crédito apenas para a região Sudeste. Neste período foram sentidos os efeitos das crises do México (1994/95), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil e Argentina (1999/00), que ao contribuírem para a elevação das taxas de juros provocaram contração no setor, justificando a retração da oferta de crédito para todas as regiões, com exceção da região Sudeste. A manutenção da matriz dos maiores bancos, que aproveitando os processos de privatizações de bancos estaduais e a fragilização de bancos de médio e pequeno portes consolidaram suas posições no sistema, faz desta região o maior centro financeiro do país.

Uma outra maneira de observar a concentração de crédito entre as unidades federativas, segundo Fucidji, Vasconcelos, Cunha e Assis (2003) é medir a participação de cada estado no crédito total. Neste contexto, supondo que as participações estaduais no crédito refletem estratégias bancárias de alocação de crédito entre as regiões e que estes resultados retratam as transações de aquisições no setor bancário, foi elaborada uma tabela onde as parcelas de cada estado no crédito, para o mês de novembro de 2002, são apresentadas em ordem decrescente (Tabela 3).

Tabela 3
Participação das Unidades da Federação no total do crédito e evolução da participação em períodos selecionados, em porcentagem

| | Participação no total do crédito | | Variação da participação | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | em 08/94 | em 11/02 | 08/94 a 12/98 | 12/98 a11/02 | 08/94 a 11/02 |
| SP | 53,68 | 61,09 | -1,08 | 8,49 | 7,41 |
| RJ | 10,45 | 10,35 | -1,13 | 1,03 | -0,10 |
| MG | 6,60 | 5,35 | -1,18 | -0,07 | -1,25 |
| RS | 5,59 | 5,21 | 0,56 | -0,94 | -0,38 |
| PR | 6,33 | 4,64 | -0,51 | -1,18 | -1,69 |
| BA | 3,65 | 2,07 | -0,61 | -0,97 | -1,58 |
| SC | 1,91 | 2,01 | 0,31 | -0,21 | 0,10 |
| GO | 1,54 | 1,53 | 0,33 | -0,34 | -0,01 |
| PE | 2,48 | 1,11 | -0,20 | -1,17 | -1,37 |
| MT | 1,35 | 1,03 | 0,87 | -1,19 | -0,32 |
| CE | 1,39 | 0,90 | 0,05 | -0,54 | -0,49 |
| ES | 0,75 | 0,79 | 0,26 | -0,22 | 0,04 |
| MS | 1,15 | 0,76 | -0,18 | -0,21 | -0,39 |
| MA | 0,39 | 0,45 | 0,38 | -0,32 | 0,06 |
| PA | 0,66 | 0,43 | 0,23 | -0,46 | -0,23 |
| PB | 0,28 | 0,43 | 0,26 | -0,11 | 0,15 |
| RN | 0,34 | 0,36 | 0,25 | -0,23 | 0,02 |
| AL | 0,40 | 0,28 | 0,39 | -0,51 | -0,12 |
| PI | 0,20 | 0,28 | 0,31 | -0,23 | 0,08 |
| SE | 0,16 | 0,26 | 0,26 | -0,16 | 0,10 |
| AM | 0,27 | 0,22 | 0,32 | -0,37 | -0,05 |
| TO | 0,20 | 0,16 | 0,03 | -0,07 | -0,04 |
| RO | 0,14 | 0,16 | 0,04 | -0,02 | 0,02 |
| AC | 0,03 | 0,05 | 0,02 | 0,00 | 0,02 |
| AP | 0,03 | 0,05 | 0,02 | 0,00 | 0,02 |
| RR | 0,03 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Elaborado por Fucidji *et al.* a partir dos dados do Banco Central.

No primeiro período o sinal negativo indica que houve uma relativa desconcentração regional do crédito, com movimento oposto entre 1998 e 2002. Neste segundo período, os únicos estados que ampliaram sua participação no total nacional de crédito foram São Paulo e Rio de Janeiro, e os que mais sofreram reduções na participação, considerando em ordem decrescente as quedas superiores a 0,5%, foram AL, CE, RS, BA, PE, PR e MT.

Observa-se, ainda, que São Paulo foi o único estado a apresentar, no segundo período, crescimento na parcela de crédito, enquanto os estados que apresentavam participação expressiva em 1994 sofreram forte retração, destacando-se CE, MG, PE, BA e PR. Em todos estes estados ocorreram tanto privatizações de bancos estaduais, com exceção do

Ceará, quanto extinção, através da aquisição por parte de grandes bancos nacionais ou internacionais, de importantes bancos privados que operavam nestas localidades (FUCIDJI; VASCONCELOS; CUNHA; ASSIS, 2003, p.12-13).

As informações abstraídas das Tabelas 1, 2 e 3 apresentam-se como resultado dos problemas bancários de 1995 – 1996, já ressaltados: a reestruturação do setor bancário, extinção de bancos públicos, fusões e aquisições e novas condições concorrenciais em ambiente de baixa inflação, liberalização e abertura que acarretaram a ampliação das desigualdades regionais.

## Impactos da Reestruturação do Sistema Bancário para a Bahia

O cenário ilustrado para o sistema bancário baiano após a implantação do Plano Real, semelhantemente ao sistema nacional, foi reordenado. A retração deste sistema, que é representativo para o segmento dos serviços financeiros, ficou evidenciada através da redução no volume de depósito e operações de crédito na década de 90, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4
Percentual no volume de depósitos e operações de crédito para o Nordeste em períodos selecionados

| UF | Depósito/Ano | | | | Operações de crédito/Ano | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 |
| Bahia | 43,93 | 45,68 | 32,44 | 30,51 | 38,26 | 39,45 | 29,27 | 33,21 |
| Ceará | 17,46 | 15,97 | 26,02 | 23,27 | 14,67 | 13,91 | 13,85 | 16,10 |
| Pernambuco | 23,62 | 21,54 | 16,51 | 18,45 | 26,64 | 25,83 | 22,00 | 17,75 |
| Alagoas | 3,45 | 2,85 | 4,05 | 4,20 | 3,76 | 4,57 | 7,65 | 4,63 |
| Maranhão | 3,05 | 3,05 | 4,79 | 5,80 | 8,53 | 4,80 | 7,40 | 6,86 |
| Paraíba | 2,24 | 3,23 | 4,40 | 5,01 | 2,69 | 3,54 | 5,17 | 6,84 |
| Piauí | 1,46 | 1,73 | 2,98 | 3,18 | 1,81 | 2,22 | 4,92 | 4,51 |
| Rio G. Norte | 2,19 | 2,78 | 4,22 | 4,70 | 2,40 | 3,75 | 5,69 | 5,85 |
| Sergipe | 2,55 | 3,13 | 4,53 | 4,83 | 1,20 | 1,90 | 4,01 | 4,20 |
| Nordeste | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Bacen. Dados referentes ao mês de dezembro em relação ao mês anterior.

Os dados contidos nessa tabela reforçam a discussão feita no item anterior, quando no primeiro momento, posterior a implantação do Plano Real, há um movimento relativo de desconcentração regional de crédito, e numa segunda fase ocorre o oposto. Entre o ano de 1998 e 2002 a consolidação do setor bancário é acompanhada pela concentração de crédito na Região Sudeste, em contrapartida a retração nas demais regiões.

No Nordeste, a Bahia, que é o estado de maior concentração financeira da região, teve sua participação no volume de depósito e operações de crédito reduzidos de 43,9% para

30,5% e 38,3% para 33,2%, respectivamente. Esta perda se deve a fatores como a privatização do Banco do Estado da Bahia S. A. - Baneb e a liquidação do Banco Econômico, cuja sede estava instalada na Bahia. Os processos favoreceram a concentração de crédito no Estado de São Paulo, uma vez que o Banco aquisitor do Baneb e do Banco Bilbao Viscaya - BBV, antigo Banco Econômico, foi o Bradesco, que mantém sua matriz nesta localidade.

Apesar da forte retração no volume de depósito e de crédito, o estado baiano ainda consegue manter-se como centro financeiro da região do Nordeste. A constatação dessa estrutura auxilia a Bahia na luta pela conquista de incentivos fiscais para a atração de novas empresas de fundamental importância para o estado e faz da sua capital, Salvador, do ponto de vista econômico, a principal metrópole desta região.

Observando-se a Tabela 5, verifica-se que a participação no montante de depósito e operações de crédito em Salvador mantém-se elevada, apesar da forte retração sofrida pelo Estado baiano, a partir do ano de 94, no total de volumes transacionados. A presença no Estado das duas maiores instituições financeiras privadas do país, Bradesco e Itaú, pode ser utilizado como um forte argumento para justificar este comportamento.

**Tabela 5**
**Participação de Salvador no montante de depósito e operação de crédito realizados na Bahia**

| Ano | Déposito SSA/BA% | Crédito - SSA/BA% |
|---|---|---|
| 1990 | 85,1 | 84,69 |
| 1994 | 82,9 | 77,10 |
| 1998 | 73,2 | 67,37 |
| 2002 | 66,7 | 62,16 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Bacen.

Utilizando-se de estratégias de segmentação distintas, essas duas instituições mantêm-se como as duas grandes forças do sistema bancário baiano. A primeira intensifica o seu perfil popular, através da massificação dos produtos e serviços, característica esta que foi reforçada com a aquisição do Baneb, e atua de maneira expressiva no atacado, ampliando a sua participação no mercado de capitais. E a segunda define uma política de segmentação agindo através de grandes corporações, empresas médias e pessoas físicas de alta renda, bem como através da rede de agências que são caracterizadas de acordo com o seu mercado de atuação.

A disputa entre os bancos Bradesco e Itaú contribui para uma corrida incessante ao aperfeiçoamento dos serviços financeiros oferecidos aos clientes. Essa concorrência faz do Estado baiano um mercado promissor ao aperfeiçoamento no segmento de serviços financeiros.

A análise do perfil financeiro de Salvador reflete à adequação das instituições do Sistema

Financeiro Nacional a um cenário de estabilidade monetária. Neste aspecto, a mudança de atuação dos agentes no mercado financeiro baiano segue uma tendência nacional de alterações de enfoque, estrutura, composição e atuação deste sistema, que responde ao direcionamento dado pelo aparelho regulador.

Assim, a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, redesenhada, após o período de estabilização da economia brasileira, ao modificar as estratégias bancárias de alocação de crédito, transformou o cenário financeiro na Bahia. Ao longo do período considerado, os grupos atuantes na localidade tiveram os centros de decisões transferidos para região Sudeste, principalmente, São Paulo que apresentou, no segundo período, crescimento na parcela de crédito em contrapartida a forte retração sofrida pelo Nordeste, especialmente, na Bahia.

## REFERÊNCIAS

ACEN. *Evolução do sistema financeiro nacional bancos brasileiros de dez/1998 a dez/2000*. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 30 abr. 2003.

_____. *Evolução do sistema financeiro nacional jan. a dez. 2002*: relatório 2002. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 01 dez. 2003.

_____. *O Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real*. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 30 abr. 2003.

BAHIA vai mostrar oportunidades na área de serviços financeiros: 16 mai. 2003. Disponível em: www.bahia.ba.gov.br. Acesso em: 25 nov. 2003.

BOUDON, André. Bancos os melhores do Brasil. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, v. 57, n. 5, p. 36-40, mai. 2003

FREIRE, Simone. *Sites financeiros no Brasil*: um filão a ser explorado. 25 mar. 2002. Disponível em: http://idgnow.terra.com.br. Acesso em: 25 nov. 2003.

FUCIDDJI, José Ricardo; VASCONCELOS, Marcos Roberto; CUNHA, Marina Silva da; ASSIS, Dannyel Lopes de. *Impactos Regionais da Concentração Bancária*: aspectos teóricos e evidência para o Brasil. Recife. V ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5º, Recife, 5 a 7 de novembro de 2003. Disponível em: http://race.nuca.ie.ufrj.br. Acesso em: 01 fev. 2003.

GUERRA, Oswaldo. Tendências Recentes no Sistema Bancário Brasileiro. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 6, n. 4, p.5 3-56, mar. 1997.

MATESCO, Virene Roxo. Cresce a participação das seguradoras estrangeiras. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, v. 57, n. 5, p. 64, mai. 2003.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. *Evolução da concentração bancária no Brasil (1994 – 2000).* Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n.11, nov. 2001. Disponível em: www.bacen.gov.br. Acesso em: 12 fev. 2004.